



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDES DE AGOSTO DE 2015.

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDES DE AGOSTO DE 2015.**
2 Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às doze horas e
3 quinze minutos, na sede da Associação Catarinense de Engenheiros - ACE, situada
4 na Rua Capitão Euclides de Castro nº 360 no bairro de Coqueiros, na cidade de
5 Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros representantes
6 das Entidades que compõem o CONSELHO METROPOLITANO DE
7 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - COMDES,
8 em Sessão Ordinária do mês de agosto de 2015. O Presidente do COMDES, Eng.
9 Celso Ternes Leal cumprimentou a todas e a todos informou sobre a pauta da reunião
10 do dia, dando destaque para apresentação solicitada pelo Sinduscon, discussão sobre
11 o cronograma da alça do contorno e apresentação do Crea sobre o acompanhamento
12 da obra da Alça. O Presidente do COMDES, destacou a presença do Dr. Hélio Bairros,
13 ex-presidente do COMDES, e atual presidente do Sinduscon e de imediato passou
14 para o primeiro item da pauta, colocou em discussão a Ata ordinária da reunião de
15 julho de 2015, e não havendo emendas a mesma foi aprovada, e circulou para
16 assinaturas dos delegados das entidades. O presidente fez considerações sobre
17 problemas nas gravações das atas de maio e junho e que as mesmas ainda estão
18 sendo analisadas. A seguir a palavra foi passada para o Dr. Hélio Bairros que
19 agradeceu a oportunidade que o COMDES está dando ao SINDUSCON,
20 cumprimentou a todos destacando a presença do ex-Deputado Federal Leodegar
21 Tiscoski e o Ex-Presidente do Crea Eng. Raul Zucatto. Criticou de início, a tentativa
22 ontem do Governo Federal, em lançar novamente o imposto da CPMF. Afirmou que
23 devemos nos manifestar e nos insurgir contra estas iniciativas de aumentar a carga
24 tributária, e conclamou a todos em lutar contra as ações que estão tramitando em
25 relação ao IPTU de Florianópolis, que elas sejam favoráveis a sociedade de
26 Florianópolis, e nós do SINDUSCON ficamos um pouco sozinhos nesta questão, não é
27 que o valor seja considerável é que a contrapartida que devemos receber não vem
28 acontecendo. O imposto tem que ser proporcional à contrapartida do serviço. Nós
29 temos percebido que cada região tem uma entidade igual a nossa e elas têm sido
30 contra o aumento do número de vereadores nas câmaras municipais, este custo para
31 a sociedade está elevado. Temos que ter uma posição, nós não devemos ficar em
32 cima do muro, trago essa questão para uma ampla discussão, temos em municípios
33 vizinhos vereadores que são analfabetos. Trago a questão da Ponta do Coral para
34 debate no COMDES. Que julgo estratégico para a nossa Florianópolis, para o
35 Turismo, com mais esse equipamento para valorizar nossa cidade. Devemos
36 pressionar o setor público e não podemos deixar meia dúzia mandar na cidade. E nós,
37 é que somos a força da cidade, somos os empresários da cidade e não estamos
38 sendo ouvidos. Destacou ainda que só a construção civil vai desempregar um milhão
39 de pessoas no Brasil em função da crise. Destacou outros assuntos em relação aos
40 momentos econômicos que estamos vivendo. O Professor Roberto Oliveira destacou
41 a importância da construção civil que é responsável por 15 a 17 % do PIB do país, e
42 que é o que impulsiona toda a economia de um país, necessita de mais móveis, mais
43 linha branca, energia e é fundamental para o desenvolvimento do país. Dr. Hélio
44 Bairros se comprometeu a frequentar mais vezes as reuniões do COMDES, e
45 destacou a importância do associativismo. Temos que defender o que é certo o que é
46 correto o que é bom para todos, e devemos analisar esta questão da Ponta do Coral.
47 Para gente ter este espírito de compreensão com a cidade, isso aqui é para gente que
48 ama a cidade, vir aqui na sexta feira e se dedicar com essa contribuição, e eu não
ACE – Associação Catarinense de Engenheiros Tel.: (48) 32483500 www.ace-sc.com.br



49 quero ser taxado de omissor, só isso, a gente vai para casa e dorme tranquilo.
50 Florianópolis é uma joia. Em seguida agradeceu a todos. Fernando Braga pediu a
51 palavra para destacar que os assuntos trazidos para reflexão são muito importantes
52 para a sequência das ações dos grupos de trabalho do COMDES. O Presidente do
53 COMDES sugeriu que o SINDUSCON levantasse um comparativo entre os valores do
54 IPTU das capitais, para que tivéssemos uma referência do posicionamento do IPTU de
55 Florianópolis. Também destacou a importância da reforma política que está tramitando
56 no congresso. Em seguida, passou a palavra para o Diretor da Hantei o Dr. Aliator
57 fazer suas considerações. Dr. Aliator agradeceu a oportunidade de fazer a
58 apresentação sobre o projeto da Ponta do Coral, destacou o tempo que vem
59 trabalhando para viabilizar este empreendimento, vencendo as diversas orientações
60 do poder público de como proceder, e as etapas para obtenção das licenças.
61 Destacou que quem tiver interesse ele poderá disponibilizar o projeto anterior para
62 conhecimento. Estamos há cinco anos em vias de aprovação deste projeto. E como
63 nos últimos tempos, vocês vão me desculpar, mais algumas mentiras estão sendo
64 criadas sobre a tramitação do projeto, eu pedi para o Hélio para vir no COMDES, para
65 fazer e trazer informações sobre o nosso projeto, que esclarecem fatos. Esse terreno
66 foi comprado em dezembro de 1980. De lá para cá uma série de coisas aconteceram e
67 em 2004 aconteceu a primeira audiência pública na Câmara de Vereadores de
68 Florianópolis, foi apresentada a intenção de construção e discutida a forma de como
69 seria possível fazer o projeto o aproveitamento que seria necessário, as contrapartidas
70 que deveriam ser dadas para o município ficaram definidas nessa oportunidade. Até
71 que em 2010, a Hantei entrou no processo, e começamos um trabalho de
72 licenciamento ambiental, e também para a aprovação do projeto arquitetônico, eu,
73 Aliator, fui em sessenta e quatro reuniões com autoridades ver o que seria necessário
74 atender para não ter problemas adiante. Fomos ao IBAMA, CMBIO, a Fatima,
75 fizemos reuniões com o Ministério Público Federal, com o Estadual, fomos na
76 Assembleia Legislativa na Câmara Municipal, e evoluímos para desenvolver o Projeto,
77 e verificamos de quem era a competência para o licenciamento ambiental, e o
78 Ministério do Meio Ambiente esclareceu que a competência seria da FATIMA,
79 evoluímos, participaram da elaboração do projeto 32 empresas, fizemos o EARIMA
80 com 2300 páginas, a seguir fizemos uma nova audiência pública que foi solicitada pela
81 Deputada Ângela Albino, tinha lá umas 500 pessoas, em 2012, fizemos uma outra
82 audiência pública solicitada pela Fatima e por último agora em 2014, após a alteração
83 do projeto fizemos uma nova audiência pública, ou seja é o único projeto aqui em
84 Santa Catarina que teve quatro audiências públicas. Fizemos todos os estudos de
85 tráfego da região, temos três estudos realizados. Já tínhamos o projeto anterior
86 aprovado com mais de 101 mil metros quadrado, só não começamos porque não
87 tínhamos o licenciamento. Quando o Prefeito atual assumiu encaminhou um ofício ao
88 STU informando que o interesse público naquela área inexistia, razão pela qual a PMF
89 não tinha interesse no aterro, toda aquela área, as nove praças, o Anfiteatro, toda a
90 infraestrutura que o privado faria não era de interesse público, destacou Aliator. Então
91 o STU mandou arquivar o aterramento dos 33 metros. Então tivemos que refazer todo
92 o Projeto. No início tínhamos uma área total de 50.000 metros quadrados sendo
93 35.000 para área pública e 15.000 para o empreendedor. Desta vez o terreno está
94 usando 3.300 m², não precisaríamos mais fazer audiência pública, mas fizemos, e
95 temos todas as licenças aprovadas. Para dizer que havia interesse público houve
96 pronunciamento da câmara, a lei complementar 180 sancionada pelo Prefeito. Para
ACE – Associação Catarinense de Engenheiros Tel.: (48) 32483500 www.ace-sc.com.br



97 dizer que não tinha mais interesse, foi um ato administrativo através de um ofício
98 assinado para STU. Então hoje temos um terreno com 14959 m², em área de
99 implantação de 3.000 m². Antes tínhamos 660 aptos agora são 210 aptos com 240
100 vagas de estacionamento, teremos no último andar um restaurante panorâmico, ou
101 seja um equipamento para atrair pessoas para realização de eventos, com uma
102 revitalização da área, gerando 500 empregos diretos e 1500 indiretos, arrecadação de
103 impostos da ordem de 8,5 milhões ao ano, e hoje o terreno paga R\$ 610 mil reais por
104 ano de IPTU, será uma ampliação do setor hoteleiro, e priorização da mão de obra do
105 entorno, com construção sustentável, aproveitamento da água da chuva, etc., 14 lojas
106 com foco na área de gastronomia, para no final de tarde virar um point. Piscina com
107 borda infinita um projeto que acho muito bonito e atraente para Florianópolis, área de
108 eventos, restaurante panorâmico, mesmo com todas as restrições aqui vocês vejam
109 como é difícil. Em qualquer outro lugar do mundo todos gostariam de ter este
110 empreendimento, agora aqui é tudo o contrário. Em qualquer cidade a Prefeitura vem
111 atrás de um empreendimento deste porte, vai trazer arrecadação. Corri um pouco na
112 apresentação, mas o objetivo de apresentar o projeto e dizer que ele está 100%
113 coberto pela legislação vigente, não tem uma lacuna sequer pendente para sua
114 aprovação e início das obras. Em seguida o presidente Celso agradeceu ao diretor da
115 Hantei Senhor Aliator as informações trazidas a sobre o empreendimento da Ponta do
116 Coral e deixou livre a palavra. Luciano Formighieri representante da Auresc e também
117 do Gabinete do Deputado Estadual Mário Marcondes, destacou as pautas trazidas
118 pelo presidente do SINDUSCON, Dr. Hélio Bairros, e queria dar destaque para três
119 questões a da CPMF, do IPTU de Florianópolis, sugeriu que criássemos ou
120 sugeríssemos a outras entidades similares ao COMDES, no estado para que se
121 instale um Fórum dos conselhos regionais para que bandeiras como essa pudessem
122 ser estaduais. O COMDES já mostrou a outras regiões do estado como proceder. A
123 seguir nós devemos estabelecer aqui no COMDES projetos que são prioritários, aqui
124 para Florianópolis e região, tanto na iniciativa pública como na iniciativa privada. Essa
125 questão da Ponta do Coral, com suas divergências ou não, é um imbróglio que a
126 sociedade tem que resolver. Eu particularmente tenho uma posição bastante favorável
127 para que esse projeto se implemente, mas vamos debater de fato sem xenofobia, e a
128 medida que o COMDES possa levar adiante esse debate, essas são as minhas
129 sugestões, neste sentido, complementou o Luciano. A seguir fez uso da palavra
130 Fernando Braga, destacando a apresentação do Aliator ter sido bastante
131 esclarecedora, lembrou que no nosso último encontro quando o Prefeito de
132 Florianópolis esteve no COMDES falou sobre a situação financeira do município e
133 falou sobre a marina. Disse que na oportunidade lhe fiz uma pergunta sobre a
134 influência no trânsito na região já que nossa mobilidade é um grande problema
135 perguntei o que era melhor uma marina ou um hotel, o Prefeito despistou e não
136 respondeu. Então aproveitei para perguntar, se conhece quais as implicações para a
137 mobilidade em relação a marina, o hotel em construção na região da Beira mar, ali
138 próximo da Trompovski, e aproveitei para questionar sobre a venda da Ponta do Coral
139 se foi irregular ou não? Aliator começou informando que iria começar pela última
140 questão, e informou que quando o governo colocou a venda o terreno da Ponta do
141 Coral não era obrigado por lei ter autorização previa da Assembleia legislativa isso só
142 se tornou lei em 1982, e na época foi muito feliz o Realdo Guglielmi, que fez constar
143 detalhadamente na escritura o edital de licitação, quem participou quais os valores e
144 tudo ficou muito claro. Está tudo transcrito no cartório. O Jurídico da Hantei mandou

145 para AGU e não tem nada a questionar em relação a compra do terreno. Em relação a
146 mobilidade nossos estudos são muito limitados, o nosso IPUF é muito limitado, até
147 pelos estudos que tem. Aqui, o empreendimento na frente da Ponta do Coral onde
148 estão sendo construídos 780 aptos se não me engano, terá 2132 vagas de garagem,
149 aonde as pessoas saem e retornam em horários muito parecidos para trabalhar, em
150 hotel não ocorre essa situação segundo o Domingos Bonim, que fez o estudo para
151 nós, o hóspede de um hotel cinco estrelas normalmente vem de avião, vai pegar um
152 taxi, não vão sair no mesmo momento, então é desprezível o transito em função da
153 mobilidade. A seguir o presidente Celso destacou a presença do Deputado Mário
154 Marcondes, sempre presentes nas nossas reuniões e justificou a ausência do
155 Deputado Esperidião Amin, que está em viagem pelo interior do Estado, destacando a
156 presença dos assessores do Gabinete do Deputado João Amin então representando-
157 os. A seguir o Eng. Gilberto Martins Vaz, Diretor de patrimônio da ACE destacou a
158 falta de planejamento do município, que temos diversos pontos de aterros na Beira
159 Mar Norte, destacou que o projeto da Hantei é interessantíssimo, não podemos perder
160 uma obra dessa. Hélio vem uma empresa estrangeira não sei de onde fazer o
161 levantamento aqui, é um absurdo. A seguir a Arq. Silvia Lenzi usou a palavra
162 informando que já tinha trabalhado no IPUF, e agora representa o CAU no COMDES,
163 destaca que não vai tratar especificamente da Ponta do Coral, mas eu não poderia me
164 furtar de dizer que me dá taquicardia em função da fragilidade da questão urbana da
165 cidade, discussões em relação ao plano diretor da cidade os estudos de impacto de
166 vizinhança para construção acima de 2000 m², estudos de impactos de vizinhança
167 para prédios históricos e prédios tombados, para saber isso significa parar essas
168 construções, um aumento de preço, porque o empreendedor tem que contratar uma
169 equipe multidisciplinar para fazer estudos diversos, o madeiramento de um prédio
170 histórico requer estudo de insolação, é uma coisa absurda. Nesses projetos o poder
171 público sempre foi a reboque do poder privado, e que ele deveria ter uma expectativa
172 de parte de quem dirige este país, de um pacto social de onde se pré definisse as
173 áreas de investimento, e até uma vez eu conversei rapidamente com o Hélio, que o
174 poder público fizesse essa mediação, com os órgãos ambientais, fazendo com que os
175 empresários já recebessem isso pré-aprovado, em contrapartida faria todos os
176 investimentos nos espaços públicos, nos empreendimentos sociais, a gente cita como
177 exemplo todo o segmento da SC-401, onde o empresário já receberia as áreas todas
178 negociadas, com as orientações sociais, com os órgãos ambientais, e não perderia
179 esse tempo que, já ouvi vários relatos, se perde dinheiro nestas tentativas, e da
180 insegurança que se tem, na tentativa de tocar para a frente um empreendimento. A
181 cidade cresceu, ela está mais complexa e ela não pode mais ter essa gestão cartorial.
182 Nós como sociedade civil ainda estamos muito a mercê, esperando a benesse dos
183 governos. Existe uma própria exigência dos estatutos das cidades, que é o Conselho
184 do Plano diretor, cadê esse Conselho? Esse Conselho deveria ter câmaras técnicas.
185 Uma “cebola” dessa com essa complexidade decidida em câmaras técnicas vai ter
186 sempre o lado emocional, e aí não se viabiliza nada. Isso aí se repete na questão que
187 moramos numa ilha e não conseguimos viabilizar marina, pois se criássemos outras
188 instâncias apoiadas pela sociedade civil e com a participação de estruturas técnicas,
189 não ficaríamos a mercê dos gestores públicos. Por que as pessoas tem medo, quando
190 estão nesse cargo de assumirem uma posição que traga riscos. Então se opta pelo
191 impasse. Então, queria deixar bem claro que a minha posição em relação a Ponta do
192 Coral é de gestão urbana, e não estou me posicionando em relação ao
ACE – Associação Catarinense de Engenheiros Tel.: (48) 32483500 www.ace-sc.com.br

193 empreendimento em si, mas o conselho deveria pensar como uma das prioridades, de
194 forçar um pouco mais a participação da sociedade e não chegar lá e pedir favor e ficar
195 na expectativa da decisão. Após este pronunciamento, Aliator complementou que
196 estava de acordo com esta posição que ela é inteligentíssima, porque nós partimos do
197 balizamento que, se a câmara aprovou e o Prefeito sancionou uma lei complementar
198 para permitir construir no terreno é obvio que, nós entramos, e agora estamos até o
199 pescoço, aí todo mundo saí e você fica agora, enterrado até no lodo. Nós não
200 teríamos entrado lá atrás, nós entramos porque tinha uma posição oficial. A seguir o
201 Presidente Celso destacou as colocações da Arquiteta Silvia, que são discutidas em
202 todas as reuniões do Plano Diretor e que já foram muitas reuniões e que da forma que
203 foi apresentado já poderia ter sido aprovado e construído o primeiro projeto e o
204 empreendedor não teria perdido todos os projetos e agora estaria fazendo um projeto
205 que seria muito menor do que o anteriormente já realizado. Devemos ter aqui essa
206 discussão independente do tempo que levarmos porque estamos tratando não da obra
207 da Ponta do Coral e sim do desenvolvimento da região metropolitana. A seguir fez uso
208 da palavra Raul Zucato, da FEAGRO, e destacou que a sala da Federação paga R\$
209 1800, de IPTU, e que parece que é o terceiro mais caro do Brasil, e quero parabenizar
210 o Hélio pela luta do IPTU, e estávamos conversando com o Deputado Leodegar, e
211 quero parabenizar a Arq, Silvia pelas suas posições e por sua visão que nós queremos
212 uma melhor sustentabilidade, e pedir para o Presidente Celso continuar com as
213 bandeiras que são levantadas pelo COMDES, como a ferrovia litorânea, e reforçar
214 estas teses e que são bandeiras importantes para o Desenvolvimento do nosso
215 Estado. São questões que estamos juntos. A seguir Jaime Ziliotto representante da
216 ACIF, começou saudando todos os presentes, e gostaria de destacar que as últimas
217 três diretorias da ACIF, sempre esteve favorável ao empreendimento da Ponta do
218 Coral, e gostaria de saber como poderíamos sair daqui com uma proposta mais prática
219 e objetiva, gostaria de saber do Aliator o que ele gostaria que o COMDES pudesse
220 fazer de modo prático para o encaminhamento dessa questão. Então o Aliator falou
221 que hoje o imbróglio é exclusivamente político, e os políticos se movem a voto, por
222 óbvio que o nosso prefeito atual candidato à reeleição conforme já se declarou, sei da
223 importância que esse fórum representa, e sei quantos associados das congregações
224 que aqui estão representam lá fora, se existe essa representação como de fato existe,
225 essas pessoas que estão aqui vinculadas e que estão aqui ouvindo e para tomar as
226 suas posições futuras, podemos demonstrar com os nossos engenheiros e advogados
227 que está tudo absolutamente perfeito, e se for considerado que o impacto é político, o
228 único contra ponto hoje é o voto, sendo muito claro e objetivo, por que qual a
229 avaliação que a gente faz? Se eu aprovo eu vou perder voto, essa é avaliação, então
230 eu não aprovo, mas está tudo perfeito, mas se chegar a ele e em não aprovando
231 demonstrar que a perda de votos é muito significativa é isto exatamente que eu quero
232 a única coisa que hoje motiva é a posição do poder é perder voto, só isso. Nesse
233 instante o Hélio pede para dar uma contribuição, sua opinião é que nós deveríamos ir
234 lá em peso no Prefeito pedir uma audiência e solicitar o que está ocorrendo para saber
235 porque este projeto com todas as licenças ambientais concedidas e todos os projetos
236 aprovados a construção não é liberada. A seguir fez uso da palavra o professor
237 Roberto, que gostaria de destacar o projeto e que era favorável a primeira opção, por
238 que a cidade iria ganhar com aquele projeto, e que defendeu estas posições na frente
239 das Câmaras de televisões, minha posição sempre foi difícil na academia porque para
240 aguentar os arquitetos e urbanistas todos contra, eu defendi minhas posições não sou
ACE – Associação Catarinense de Engenheiros Tel.: (48) 32483500 www.ace-sc.com.br

241 acionista da Hantei, não conheço quase ninguém da Hantei a não ser o Aliator, e
242 tenho sido a favor do empreendimento, e gostaria de reconhecer de público as
243 posições da professora Sílvia Lenzi, que é uma das pessoas que mais conhecem
244 Florianópolis, e dificilmente vamos encontrar alguém que saiba mais sobre a gestão
245 urbana de Florianópolis do que ela. Agora quero me referir às análises de projetos na
246 PMF onde se comete o maior absurdo legal que é a falta de despersonalização da
247 análise de projeto, e que não poderia ser caracterizada a pessoa que está sendo
248 analisada. E na SUSP sempre é caracterizada a pessoa é que está sendo analisada,
249 a Hantei nesse caso foi premiada, com essa insegurança jurídica, que é uma análise
250 personalizada, é da Hantei não pode, é da VOA pode, tem o triplo de garagem. Quero
251 destacar que conheci a praia do Santinho antes do Costão do Santinho, e que depois
252 dele, aquela região toda se desenvolveu, o povo de lá foi chamado para trabalhar e
253 repercutiu altamente positivo na comunidade. O presidente Celso agradeceu as
254 intervenções e agora nós devemos fazer um encaminhamento para finalizar este
255 assunto, vamos formar um grupo para elaborar um documento para ser aprovado pelo
256 Plenário do COMDES, na próxima reunião, uma carta com proposta de
257 desenvolvimento e apresentação para o setor de construção e políticas a serem
258 formuladas para o desenvolvimento da região metropolitana. O Grupo seria constituído
259 pelo Jaime (ACIF), Roberto, Sílvia, Fernando, Gilberto e o Henrique fariam as
260 reuniões no SINDUSCON. A coordenação fica a cargo do Jaime Ziliotto. A seguir a
261 palavra foi disponibilizada ao Ex-Deputado Leodegar Tiscoski que teceu diversos
262 comentários sobre os assuntos já discutidos. Sobre a redução do número de
263 vereadores, destacou que o melhor seria reduzir os recursos que são repassados para
264 as câmaras municipais. No momento não tem como fazer uma reforma política no
265 País. Comentou também sobre o gerenciamento costeiro e sobre o tempo em que
266 esteve no Ministério das Cidades como Secretário Nacional de Saneamento, e que
267 muitos municípios perderam recursos por falta de planejamento e por não terem os
268 projetos prontos. Outros trabalhos que acompanhou também foram sobre a
269 revitalização das cidades, e que tinham recursos disponíveis. Destacou ações também
270 sobre a regularização fundiária. E finalmente um comentário sobre os Conselhos das
271 cidades, que todos os planejamentos tem que passar por este Conselho e por isso tem
272 os estatutos das Cidades. Se colocou à disposição do COMDES para contribuir com
273 os conhecimentos que têm sobre estes assuntos e que possam ser úteis para a nossa
274 Região Metropolitana. A seguir o presidente Celso agradeceu a participação e colocou
275 que o Deputado está sempre convidado a participar das nossas reuniões. A seguir o
276 Deputado Mário Marcondes destacou que a Ponta do Coral é um empreendimento
277 importante para a cidade, mas que em Florianópolis botar o pé na água é um crime. E
278 um grande problema que se apresenta é a sobreposição de competências dos órgãos
279 ambientais, um dá a licença depois vem outro e diz que não é bem assim, é muito
280 difícil, e as coisas vão desse jeito e o tempo passa, e a cidade perde o recolhimento
281 de impostos não vem, o tempo passa e as coisas não se resolvem. Quanto mais
282 discussão tem, menos obras acontecem, daqui a pouco vamos discutir de novo a Alça
283 do Contorno. Como bem colocou o Jaime nós temos que ter posições firmes, temos
284 que sair daqui e começar a emparedar. E quem está no poder se quiser tumultuar vai
285 tumultuar e não sai nada. As colocações do Aliator estão corretas e é através do voto
286 que se consegue as coisas. E para finalizar quero falar aqui sobre a CMPF que está
287 de novo na onda de ser aplicada e mais uma vez, o povo é que vai pagar a conta e
288 quero dizer que este deputado será contra qualquer aumento de imposto. Antes nada

289 podia agora tudo pode. Colocou que teve um desagravo com o Governador que vetou
290 um milhão e duzentos mil para os joguinhos, mas em ato contínuo liberou quatro
291 milhões e meio para o Balé Bolshoi, não temos critérios para gastar, falta
292 planejamento como bem colocou o Deputado Leodegar, a seguir destacou o trabalho
293 que o COMDES, vem realizando com grandes contribuições. A seguir o presidente
294 Celso destacou que o e-mail presidente@comdes.com.br está à disposição de todos
295 para contribuir com a pauta das nossas reuniões. E agradeceu a participação do
296 Deputado Mário Marcondes com as suas importantes contribuições, reforçando o
297 convite para que sempre participe das nossas reuniões. O Deputado Esperidião Amin
298 nos encaminhou este mês o cronograma que foi apresentado pelo diretor Geral da
299 ANTT, da obra da alça do Contorno. E o Adriano Ribeiro destacou que no dia 8 de
300 setembro deveremos visitar a obra, estamos tentando marcar um café da manhã para
301 sair e visitar a obra. Destacou que a presença nas nossas reuniões da Arq. Silvia
302 Lenzi e do professor Roberto de Oliveira contribuem em muito com a qualidade das
303 nossas reuniões. A palavra a seguir foi passada para Laudioni, que colocou ter
304 recebido o cronograma, fazendo uma análise, do cronograma, o mesmo é muito
305 simples para o porte da obra. É brincadeira vai começar no km 177, vai acabar no km
306 220 em 2017, para acompanhar vamos ter que solicitar detalhes de cada etapa, além
307 disso no km 196 até o 203, não aparece, está fora do cronograma, não sei porquê.
308 Então são necessárias muitas explicações a respeito desse cronograma. Quanto a
309 obra nós temos o trecho de Biguaçu, de São José e de Palhoça, então vamos achar
310 que todos conhecem a estrada que vai para São Pedro de Alcântara, para a Colônia
311 Santana, ali já tem a terraplanagem conduzida por um trecho de quatro quilômetros, já
312 temos as artes e as obras estão bem encaminhadas e no trecho da estrada da Colônia
313 Santana até a Pedra Branca. Palhoça é uma surpresa por que já tem uma
314 terraplanagem bem encaminhada, num trecho de uns quatro quilômetros em
315 praticamente dois meses. Fizeram as artes, temos nove quilômetros nesses trechos
316 aqui é mais oito quilômetros que nos foi solicitado no trecho de Biguaçu, mas lá está
317 muito no início começaram agora a terraplanagem, muito incipiente. Para concluir
318 foram apresentadas umas fotos dos trechos trabalhados. O Adriano colocou que o que
319 é preocupante é o custo real dessa obra, e como vamos fazer o controle social, isso
320 vai ser chave para definição do custo do pedágio uma série de fatores por isso a
321 formação multidisciplinar vai dar uma sustentação forte para acompanhar o
322 desenvolvimento e os custos da obra. A seguir, Latrônico colocou que foi importante
323 não ter sido destacado nada no trecho dos últimos três quilômetros, que foi nossas
324 últimas discussões aqui acaloradas, o Deputado Leodegar disse com muita
325 propriedade que tem que haver estudos para dar sustentabilidade aos projetos, o que
326 houve, e é bom que está sendo gravado, com relação aquele encaminhamento, e é
327 por isso os cronogramas, podem colocar cronogramas e não serão cumpridos, houve
328 uma pressão política para que saísse um cronograma logo em seguida daquela
329 decisão que culminou com aquela alternativa do trecho original, equivocadamente,
330 depois eu vou falar porque. A ANTT, pressionada ou não, emitiu uma correspondência
331 dando o prazo de três dias para a concessionária apresentar um cronograma,
332 obviamente deu um prazo para não ser cumprido, então a gente já começa a ver na
333 Agência Reguladora, uma gestão dificultando todo um processo, pois muito bem, mas
334 eu não posso deixar de colocar para vocês, principalmente para você Deputado Mário
335 Marcondes, você participou desse processo, eu sempre nas minhas reuniões eu peço
336 para os colegas tomarem algum cuidado com aquilo que é bastante técnico, e que
ACE – Associação Catarinense de Engenheiros Tel.: (48) 32483500 www.ace-sc.com.br

337 subsidia um conselho dessa natureza, que hoje tem uma respeitabilidade lá fora. O
338 que foi encaminhado aqui, por isso ainda aqui o nosso zelo quando a gente avalia um
339 processo, nesse caso da Ponta do Coral muito bem, está reunindo cinco ou seis
340 pessoas para fazer um documento, mas conhecer eu não conheço nada, não fui a
341 nenhuma audiência pública, não posso nem opinar, por isso o colega aqui falou para
342 eu participa e eu não quero, não consigo opinar, não participei de nenhuma audiência
343 Pública, mas no caso da BR-101, sim eu fui pioneiro, conheço todo o processo, mais
344 uma vez este conselho aqui foi numa maré que não devia, não devia, isto, quando é
345 que eu fiquei atento a isto? Eu fui na Assembleia Legislativa e que você (Celso) estava
346 lá com o Adriano na mesa e cheguei atrasado e só vi um quadro com pontos positivos
347 e negativos, mais e menos, lá naquele momento, realmente achei que seria bom, nos
348 dias seguintes quando passou por aqui e mesmo, antes de passar por aqui nós
349 fizemos uma reunião ali preliminar, estava o Adriano e coloquei: pessoal olhem,
350 tomem alguns cuidados, mas não deu tempo, naquela oportunidade estavam aqui um
351 senador, mais dois Deputados Federais, mais o Deputado Mário Marcondes, não deu
352 tempo, e aquilo foi levado naquele momento por uma emoção de ter um resultado e foi
353 publicado na mídia, com uma pressão na ANTT. Hora, apareceu na mídia um
354 profissional respeitado, que é contratado pela FIESC, em algumas avaliações, Eng.
355 Ricardo Saporiti aonde ele dizia que o custo do traçado original custaria dez vezes
356 menos ou há passar pela plataforma da BR-282 custaria dez vezes mais, claro que o
357 que foi apresentado pela ANTT na Assembleia, realmente, claro que depois eu fui ver
358 o porquê daquela declaração. Uma lamina anterior tinha lá, Deputado Leodegar você
359 conhece estradas são três quilômetros para cá ou três para lá, três quilômetros para
360 lá, uma custava 22 milhões, e a outra 244 milhões, ora não precisa ser técnico, para
361 dizer que ali tinha um equívoco, o que não poderia ter acontecido dentro da
362 Assembleia Legislativa, aconteceu, então a partir daquele momento eu comecei a me
363 dedicar mais a questão, e vi aonde é que estavam os equívocos, obvio que a ANTT é
364 responsável, era um momento de mudança de diretoria, não sei se foi isso, acabou
365 envolvendo muita pressão dos parlamentares, só sei que nós levamos a questão para
366 o conselho do sindicato dos Engenheiros, tomamos uma decisão, de estudar melhor a
367 questão, já apresentamos os nossos estudos, dentro da FIESC, onde seu vice-
368 presidente Mário Aguiar, confessou que não tem dúvida que houve um
369 encaminhamento equivocado, apresentamos dentro do CDL, é uma pena que o Dr.
370 Anderson Augusto já tenha saído, tinha lá umas quarenta pessoas, também se
371 colocaram a disposição para colaborar nestas questões o Antônio Arruda da OAB, na
372 última reunião do CODERF pediu que eu na próxima reunião fizesse uma
373 apresentação daqueles levantamentos com objetivo de subsidiar os encaminhamentos
374 do CODERF, então pessoal vê bem esse assunto aí, jogam na mídia eu nunca vi um
375 vereador ser contra a própria comunidade, aqui eu estou vendo, nós temos lá uns três
376 vereadores a favor do traçado original e os demais contra, nunca vi vereador contrário
377 a sua comunidade, aonde tem a oportunidade de abraçar a comunidade e passar a
378 opção por um outro trajeto, então o que aconteceu é de uma certa gravidade por que
379 para nós é ruim por que fizemos aqui um encaminhamento, e que talvez aí na frente
380 com bases em outras variáveis talvez, nós teremos que reavaliar o assunto, quero
381 também garantir aos senhores, que não haverá atraso de hipótese nenhuma naquela
382 obra se o traçado for pela plataforma da BR-282, também estamos estudando o
383 assunto, sempre a questão foi mais uma vez a obra vai atrasar porque três
384 quilômetros finais serão alterados, não haverá atraso, do ponto de vista de obra de
ACE – Associação Catarinense de Engenheiros Tel.: (48) 32483500 www.ace-sc.com.br

385 engenharia, até por que já tem uma área de domínio determinada, já tem um trecho
386 adensado, lá naquela área nem projeto executivo existe, tem um projeto básico, que
387 mais uma vez a ANTT, errando dentro da Assembleia legislativa, colocou lá como
388 projeto executivo, mentira, faltam estudos, de geologia, sondagem, que vão identificar
389 naquela região se existem solos moles e é capaz, se houver isso, aí o custo será
390 maior ainda, hoje o custo é 85 milhões a mais do traçado original, não tem nenhum
391 item técnico social e econômico, favorável aquele traçado que nós recomendamos. É
392 bom que deixe gravado isso aí, gostaria que isso fosse registrado em Ata, porque, isso
393 aí certamente teremos mais alguma coisa pela frente, obrigado, finalizou o eng.
394 Latrônico. O Presidente Celso destacou que em função dessas colocações que o
395 Latrônico acabou de fazer eu gostaria que esse assunto volte a ser discutido dentro do
396 GT de Mobilidade Urbana, o Adriano, o Laudioni o Nelson Silveira, o Latrônico, o
397 Anderson do CDL o Sandro do gabinete do Dep. João Amin, o Luciano e o Alisson da
398 Auresc, para que isso fosse novamente discutido e esclarecido dentro do conselho e
399 para se conhecer o porquê da posição do SENGE. O GT de Mobilidade deverá
400 conhecer a posição do SENGE discutir e trazer novamente no plenário para
401 conhecimento de todas as entidades porquê o SENGE adotou uma posição contrária a
402 posição definida em nossa plenária de maio. Luciano sugere que este debate não
403 vaze para a imprensa. O presidente volta a esclarecer o objetivo: Não o GT irá
404 conhecer a posição do SENGE e dará conhecimento ao plenário o porquê da ação
405 desenvolvida pelo SENGE. O Latrônico pede um aparte para fazer uma correção aqui
406 em relação a declaração do Presidente Celso, primeiro nos reunimos com o grupo de
407 Mobilidade ali, eu deixei claro, que tinha lá umas oito nove pessoas, o Adriano até
408 agradeceu as minhas contribuições, mas não sei porquê não teve tempo de fazer suas
409 intervenções no momento que os parlamentares estavam aqui. Houve uma outra
410 reunião do GT de Mobilidade, até o Nelson estava presente, lá apresentei também
411 alguns dados que apresentei aqui, mas também não teve encaminhamento, trocamos
412 mensagens, por telefone, WhatsApp, aonde eu colocava as questões, estava lá
413 escrito, então houve sim o cuidado do Latrônico para que o encaminhamento não
414 fosse aquele, gostaria que deixasse em ata porque isso é muito importante para nós.
415 Raul Zucato queria deixar registrada minha posição, essa briga pelo Contorno há mais
416 de quinze anos, e eu fico preocupado com essa posição do Latrônico, queria deixar
417 claro que no momento que nós definimos pelo traçado e que o Deputado Amin brigou
418 lá em Brasília, a Florianópolis, e já definimos isso talvez o custo seja um pouco
419 maior mais que saia de uma vez e não ficamos discutindo de novo um novo traçado.
420 Quero deixar registrado isso que eu sou pelo traçado definido e apoiado aqui pelas
421 entidades, respeito a posição do SENGE, mas quero deixar aqui o meu registro.
422 Professor Roberto com a palavra, gostaria acima de todas estas discussões nós temos
423 que aprender a planejar, gostaria que nós colocássemos na pauta da mobilidade o
424 seguinte aspecto; que eu faço parte de um observatório da UFSC, nós herdamos a
425 pesquisa Plamus que indicou que o transporte público mais viável para determinadas
426 situações, é o BRT, mas deverá ser substituído com o passar do tempo pelo VLT.
427 Devemos também colocar na nossa pauta, uma pauta ferroviária, pois BR 101 logo vai
428 ficar sobrecarregada. Lutar pela ferrovia Litorânea. O Presidente Celso passou então
429 para os Assuntos Gerais a palavra está livre. Antes passou a palavra para o
430 Henrique, é presidente da ACESA, para suas considerações, que então discorreu:
431 sobre o GT de Saneamento e Resíduos a gente apresentou uns três meses atrás um
432 programa de despoluição das baías, e a gente acabou criando um mapa mental que
ACE – Associação Catarinense de Engenheiros Tel.: (48) 32483500 www.ace-sc.com.br

433 seria nossa ideia, qual seria o programa, procurando evitar o lançamento dos
434 poluentes nas baías, e como objetivos específicos analisar as políticas de saneamento
435 municipais estaduais, e federais, e propor políticas públicas específicas em cima disso.
436 Elencamos todos os atores, e responsabilidades no processo, quais seriam as ações
437 específicas que deveríamos ter que ter, e as legislações que estariam envolvidas.
438 Houve um interesse grande por parte do Deputado Esperidião Amin, ele nos contatou
439 e a gente acabou promovendo uma reunião com ele aqui na sede da ACE, duas
440 semanas atrás, em que a gente explanou esse nosso mapa mental e ele fez uma
441 explanação interessante sobre o que aconteceu na baía da Guanabara no Rio de
442 Janeiro, que teve toda aquela metodologia de verificação dos pontos de poluição, dos
443 poluentes por parte da universidade de Novo Hamburgo, e foi algo que não foi
444 questionado no mundo inteiro. Ele trouxe uma outra visão sobre os nossos processos
445 e se nos começássemos por um processo de monitoramento, implementação de
446 indicadores, para que em cima disso nós conseguíssemos mapear, entender como
447 está o estado das baías e tentar promover essa despoluição de trás para a frente,
448 então em cima disso nós acabamos fazendo alguns levantamentos, a gente iniciou,
449 levantamento técnico, como desenvolveríamos esses indicadores e até valores para a
450 implementação desse monitoramento, e que a ARESC entidade que está sendo criada
451 foi sugerido que ela fizesse a coordenação, fosse a entidade responsável, pelo
452 monitoramento como um todo, é nisso que o GT está trabalhando. O deputado
453 Leodegar falou sobre os emissários submarinos do Campeche e sobre a estação de
454 tratamento do Campeche, que ainda não foi ativada, isso é um absurdo, uma estação
455 pronta e que está ali parada. Um custo hoje de 50 milhões que está ali parada sem
456 utilização, e que poderia reduzir o impacto ambiental é um crime que está sendo feito,
457 segundo observações Do Deputado Leodegar. **Encerramento:** Nada mais havendo a
458 se tratar o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião
459 ordinária às quatorze horas e cinquenta minutos, da qual faz constar foi lavrada a
460 presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos conforme previsto
461 no Regimento Interno.